

Governo desconta as promissórias políticas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Para o programa político e econômico que apresentará à Nação dentro de alguns dias, o presidente José Sarney já dispõe do apoio prévio da maioria das bancadas do PMDB e do PFL. Trata-se de um fato, apesar do inusitado que parece ser a adesão de grupos parlamentares a algo que ainda não conhecem. Isso se explica pelas linhas do chamado pragmatismo reinante no Congresso há alguns meses, que muita gente classifica como fisiologismo. O governo ainda dispõe de muitas promissórias para descontar.

Importa notar que, independentemente das respectivas direções partidárias, e não obstante a existência de grupos liberais e peemedebistas empenhados em romper com o governo, parece selado o compromisso da maioria parlamentar com o Palácio do Planalto. No fundo, a razão está mesmo com o deputado Roberto Cardoso Alves: é dando que se recebe. Quem recebeu ainda precisa dar.

O objetivo do presidente não é amarrar as mãos do que amarradas decisões da Assembléia Nacional Constituinte, mas preparar-se para os trabalhos rotineiros do Congresso, a partir do segundo semestre e durante todo o ano que vem.

Apesar da vantagem numérica que lhe garante no mínimo 280 deputados federais, em 487, e 48 senadores, em 72 — os números são de ontem —, o presidente insiste em seguir a ortodoxia dos acordos políticos, ainda que maliciosamente. Dialoga com os presidentes dos dois partidos sabendo o resultado do diálogo. Sua estratégia é clara: levar os comandos partidários ao canto do ringue. Mostrar-lhes a evidência de que suas bases já se encontram acopladas ao governo, queiram ou não Ulysses Guimarães e Marco Maciel. São dessas coisas que não precisam ser ditas claramente, pelo menos entre políticos experientes, por sinal, os três com origem no extinto PSD, já que até Sarney começou sua carreira política naquela legenda, mudando-se depois para a UDN.

O presidente quer cooptar as direções para que os grupos oposicionistas do PMDB e do PFL, minoritários, decidam-se de uma vez. Ou fazem mesmo oposição, precisando buscar outros partidos, ou segurem-se, criando menos problemas. No que depender de Sarney, o bloco de apoio ao seu governo continuará informal. O que não o impedirá, é claro, de manter com ele um diálogo direto e sem a intermediação dos dirigentes partidários. Por isso conservará na Câmara e no Senado, os líderes do governo, ou líderes da maioria, independentemente dos líderes dos partidos.

Está o presidente da República consciente de que sem um respaldo partidário definido ficará difícil empreender o programa de recuperação nacional imaginado para

marcar a fase final de sua administração. Muitas medidas precisarão passar pelo Congresso, mas, mesmo outras, de âmbito do Executivo, necessitarão ser sustentadas politicamente. Excelente ensaio geral (para Sarney) aconteceu na semana passada e nesta, com relação ao congelamento temporário da URP para o funcionalismo público. De todos os cantos surgiram protestos, análises e opiniões. Nos sindicatos, entre os empresários, nas associações de classe e na imprensa, o debate foi amplo. Mas, no Congresso, inexistiu. Pouquíssimos deputados e senadores ousaram verberar a iniciativa. Seus efeitos impopulares permaneceram à margem dos debates e comentários, com raras exceções. O bloco funcionou, mesmo sem estar rotulado como tal. Se contar formalmente com os dois partidos, Sarney terá ampliada sua margem de manobra.

Pode ser que dê certo, pode ser que não. Tudo conduz as direções do PMDB e do PFL a se acomodarem aos fatos e a aceitar a voz de suas maiorias, pelo apoio ao governo. No caso, a voz do dono. Pelo menos, é por aí que sopra o vento.

Ulysses Guimarães é um profissional, apesar da derrota que acaba de sofrer na Assembléia Nacional Constituinte, com a fixação do presidencialismo e dos cinco anos de mandato. Distanciou-se muito da perspectiva de tornar-se presidente, fosse no sistema presidencialista, com eleições este ano, fosse no parlamentarismo imediato, que o faria primeiro-ministro. Meses atrás, parecia indiscutível que o parlamentar paulista conduziria o PMDB para a oposição, ou, pelo menos, para uma posição de independência, após a promulgação da nova Constituição. A hipótese da disputa próxima pelo poder não lhe deixava alternativas.

Hoje, para o presidente do PMDB, as coisas mudaram. Se porventura ele seguisse com o grupo que propõe o rompimento, assistiria a maior parte de seus companheiros negar-lhe apoio. Colocado o tema na convenção nacional, revelará a disposição majoritária de ficar, não de sair. A ele interessa ganhar tempo, mas, se for verdadeira a versão de seu último encontro com Sarney, parece claro que manobrará para evitar o rompimento. Talvez procure maquiá o apoio apresentando como do PMDB as iniciativas que o presidente Sarney apresentar. Não fechará as portas, no entanto, a hipóteses alterações de situação, isto é, a futuros arroubos de independência e até de oposição.

Marco Maciel encontra-se em dificuldade maior. Cruzou o rubicão, faz tempo, e, da margem oposta, não refletiu. Continua defendendo quatro anos para Sarney e eleições presidenciais este ano. Querem convencê-lo a não deixar a presidência do PFL, mas, para ficar, precisaria retornar ao seio de Abraão. Uma decisão difícil, que deve ser tomada com certa rapidez.

C.C.